

EXORTAÇÃO DA GUERRA – Gil Vicente e as guerras de expansão

Lenora Pinto Mendes - UFF

Em Portugal, até o século XV, as guerras travadas tinham por intento a defesa do território português face a constante ameaça de reintegração ao reino de Castela. A partir das conquistas africanas, principalmente durante o reinado de Afonso V, um novo sentido norteou as guerras impetradas por Portugal: o ideal de cruzada aos infiéis. Essas conquistas estiveram envoltas neste ideal de cruzada porque, em 1455, o papa Calisto III convocou os cristãos a se unirem numa cruzada contra os turcos¹. D. Afonso tomou a dianteira, preparou-se, enviou embaixadas e cartas a outros países e aguardou uma ordem de avançar que nunca chegou, pois os outros reis não aderiram à essa cruzada fora de época convocada pelo papa. A D. Afonso só restava dirigir seus esforços para outras praças africanas (já haviam conquistado Ceuta) e foi o que fez com Tanger, Arzila e Alcacer Ceguer. Essas conquistas afonsinas, no entanto não trouxeram para Portugal riquezas mas apenas orgulho militar. A certeza de estar combatendo numa guerra santa como no tempo das cruzadas medievais, estará presente a partir de então, nas campanhas militares portuguesas na África.

No reinado de D. João II, os territórios africanos começaram a trazer riquezas através do comércio principalmente das minas da Guiné e do açúcar da Madeira. O velho ideal cruzado, no entanto não saiu da mente dos portugueses e ao lado dos interesses econômicos a justificativa de guerra santa sempre era invocada. No reinado de D. Manuel ainda vemos a permanência deste discurso nas crônicas, no Cancioneiro de Garcia de Resende e no teatro de Gil Vicente.

O teatro vicentino desempenhou importante papel na propaganda régia e na elaboração da imagem de um reino vitorioso e de abundância. O teatro era parte integrante de uma espécie de “espetáculo do poder” presente nas cortes mais poderosas do Renascimento europeu. Poeta e dramaturgo, Gil Vicente atuou na corte do mais rico e

poderoso dos reis portugueses – D. Manuel I – deixando sua marca em toda a produção teatral ibérica que se seguiria.

Sua primeira aparição se deu no ano de 1502 por ocasião do nascimento do príncipe D. João, primogênito de D. Manuel. À medida que os anos se passavam, seu teatro passou a estar cada vez mais presente na corte do rei venturoso e não houve nascimento ou casamento real que não contasse com um espetáculo produzido por Gil Vicente para o enriquecimento e engrandecimento das comemorações. A presença de Gil Vicente na corte portuguesa se estendeu até o reinado seguinte – de D. João III – quando a produção vicentina aumentou ainda mais e atingiu plena maturidade.

Mesmo sendo montados e representados na corte e para a corte, esse teatro alcançava a população das cidades que participava ativamente das festas promovidas pela realeza. Nessas festas, que duravam vários dias e até meses, as Sés e os paços se transformavam em palcos de um teatro do poder e em torno desses espaços a população se aglomerava para assistir aos espetáculos produzidos pela realeza.

D. Manuel vai multiplicar as festas e cerimônias públicas. Caminhava pela cidade montado em elefantes ao som de trombetas e charamelas. Despachava em barcos embandeirados que desfilavam pelo rio. As encenações do poder se infiltram em todos os compartimentos da sociedade portuguesa.

A expansão marítima foi feita principalmente através de guerras de conquistas territoriais onde se estabeleciam pontos que serviriam de entreposto no caminho ao oriente. O aspecto da conversão ao cristianismo porém, desempenhou papel fundamental nessas guerras. Desde a alta Idade Média os príncipes ibéricos tomaram para si a empreitada da reconquista da península para entregá-la a Cristandade. Em 1102, o papa Pascoal II assimilou a reconquista ibérica às cruzadas proibindo a partir de então que príncipes ibéricos atacassem infiéis na Terra Santaⁱⁱ. Em 1486 D. João II conseguiu do papa a *Bula da Cruzada* que ratificava o sentido de guerra santa ligada às conquistas africanas e agregava ganho advindo dos rendimentos eclesiásticosⁱⁱⁱ.

No teatro vicentino vemos a confirmação deste fato. No auto da Barca do Inferno, todos os personagens, com exceção do parvo, são condenados ao inferno. Ao final do auto, no entanto, entram em cena quatro fidalgos da Ordem de Cristo, *que morrerão nas partes d'África*. O anjo os estava esperando para entrar na barca da Glória:

*Ó cavaleiros de Deos a vos
estou esperando que morrestes
pelejando por Christo,
Senhor dos ceos.
Sois livres de todo o mal,
sanctos por certo sem falha;
que quem morre em batalha
merece paz eterna^{iv}.*

Vemos que Gil Vicente destaca serem os cavaleiros fidalgos, ou seja, eram integrantes da nobreza uma vez que não havia em Portugal um exército treinado para a guerra. D. Afonso V tentou organizar um^v, mas essa intenção não se concretizou de fato e as dificuldades eram resolvidas de acordo com as circunstâncias. Nobres, senhores e vassalos desempenharam um papel fundamental na constituição dos exércitos. Todos participavam nas guerras seja fisicamente com seus cavalos, seja pela concessão de contribuições à coroa^{vi}.

O auto Exortação da guerra, de Gil Vicente foi encenado, segundo a didascália, na partida *pera Azamor do ilustre e mui magnifico Senhor D. Gemes(Jaime), Duque de Bragança e de Guimarães na era de 1513*. Azamor era uma das praças que foram conquistadas pelos portugueses para o abastecimento dos navios que se destinavam a tráficos mais longínquos. O primeiro personagem que aparece em cena é um clérigo nigromante, ou seja, invocava os mortos por meio dos quais fazia adivinhações. Adeline Rucquoi, em seu livro História Medieval da Península Ibérica, atenta para o fato de que o ideal do cruzado era o do cristão perfeito e o não respeito por normas morais ou canônicas

eram considerados defeitos pequenos diante da grande missão que desempenhavam combatendo os infiéis^{vii}. Assim, vemos nos autos vicentinos clérigos casados e nigromantes sem nenhuma culpa por seus atos.

O clérigo invoca dois diabos que deveriam trazer das profundezas infernais Policena, filha do rei Príamo de Tróia. Policena chega à corte portuguesa e tece mil elogios ao rei e aos cortesãos dizendo entre outras coisas que o paço Troiano não foi digno de tanto primor. Chama D. Manuel de *Príamo maior, hum Cesar soberano* e ao final da sua fala, Policena exorta a todos a se empenharem nos preparativos para a guerra:

*Senhores Guerreiros,
e vós, Senhoras guerreiras,
bandeiras e não gorgueiras
lavrae pera os cavaleiros.
Que assi nas guerras Troianas
eu mesma e minhas irmans
teciámos estandartes,
bordados de todas partes
com divisas mui louçans.
com cantares e alegrias
davamos nossos colares,
e nossas joias a pares
per essas capitánias.
Renegae dos desfiados
e dos pontos enlevados:
destrua-se aquella terra
dos perros arrenegados^{viii}.*

Vemos nestes versos uma convocação explícita para a nobreza colaborar na guerra de conquista de Azamor. O próximo personagem trazido pelos diabos é Pantasilea, rainha das amazonas. Vem dizendo que se pudesse serviria ao rei D. Manuel em suas capitánias. Cobra simplicidade dos portugueses e que busquem ter fama de ferozes e não de ricos:

*Alabardas, alabardas!
Espingardas, espingardas!
Não queirais ser Genoeses,
senão muito Portugueses,
e morar em casas pardas.
Cobrae fama de ferozes,
não de ricos, qu'he p'rigosa
dourae a patria vossa
com mais nozes que as vozes^{ix}.*

Depois de Pantasilea entra em cena Aquiles. Os personagens troianos e referências à guerra de Tróia aparecem em diversos momentos da obra vicentina. Vemo-los no Auto da Sibila Cassandra, no Templo de Apolo e na Exortação da Guerra, entre outros. A história de Tróia e sua famosa guerra eram conhecidas dos portugueses. Ainda no século XII um *Roman de Troie* foi escrito por Benoît de Sainte-Maure o que tornou a história da guerra de Tróia popular na Idade Média. A partir deste texto, diversas traduções para várias línguas foram feitas (entre elas o português) que circularam por toda a Europa e na Península Ibérica. A *Crónica Troiana*, como era chamada na sua tradução de Toledo, conta-nos a história da *Ilíada* e da *Odisséia* do ponto de vista da Idade Média, ressaltando a descrição das batalhas e acrescentando aos feitos de armas elementos do mundo cortês tais como o amor, a traição e todo um universo feminino presente nos combates dos cavaleiros^x. Outros fatores também ligavam os portugueses à história de Tróia entre eles a crença de que Aquiles tenha vivido em uma ilha da costa Portuguesa. Pantasilea no final de sua fala ao referir-se a Aquiles diz:

*Achiles, que foi daqui
de perto desta cidade
chame-o dirá a verdade*

se não quereis crer a mi^{xi}.

Uma lenda, que circulava em Portugal, dizia que a ilha de Skyros, onde Aquiles teria passado sua infância se situaria na costa portuguesa^{xii}. Aquiles, em sua fala refere-se também a esse fato:

*Eu Achiles fui criado
nesta terra muitos dias
e sam bem aventurado
ver esse reino exalçado
e honrado per tantas vias^{xiii}.*

Ao final de sua fala compara Portugal a Roma que conquistava toda a terra e como as damas romanas davam suas jóias para manter a guerra. Reforça o pedido de ajuda aos *pastores da Igreja, que vendam taças e breviários e comam pão e rabaças* para que morra a seita de *Mafoma*. Outros personagens troianos ainda entraram em cena. São eles Anibal, Heitor e Cipião que continuam a reforçar o aspecto de guerra aos infiéis que aquela guerra representava:

*Africa foi de Christãos,
mouros vo-la tem roubada
Capitães ponde-lh'as mãos...*

*Ó senhoras Portuguesas,
gastae pedras preciosas,
Donas, donzelas, Duquezas,
que as taes guerras e empresas
são propriamente vossas
He guerra de devação,
por honra de vossa terra,*

*cometida com razão,
formada com descrição
contra aquela gente perra.*

Exortando todos a ajudarem na guerra, Gil Vicente coloca seu teatro a serviço dos ideais do monarca. Em pleno século XVI, os interesses na África iam muito além da conversão dos infiéis, pois os ganhos com o comércio no oriente trouxeram riquezas imensas para Portugal. Mesmo assim, o discurso de guerra santa continuava a ser usado para justificar perante a Igreja, a nobreza e súditos, a importância da empreitada real. Vemos assim que os grandes feitos portugueses que, enfrentando dificuldades nunca antes enfrentadas, descortinaram um mundo até então totalmente desconhecido através das grandes navegações, tiveram como principal discurso o ideal medieval da conversão dos infiéis e dos gentios.

ⁱ MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol.II, p. 123.

ⁱⁱ RUCQUOI, Adeline. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial estampa, 1995, p.217.

ⁱⁱⁱ MATTOSO, op. cit., vol. III, p.46.

^{iv} VICENTE, Gil. *Obras completas de Gil Vicente*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, vol.II, p.81-82.

^v *Ordenações Afonsinas*, livro 1, cap. LXVIII a LXXI.

^{vi} MATTOSO, op. cit., vol. III, p. 103

^{vii} RUCQUOI, Adeline. Op. cit., p.306.

^{viii} VICENTE, op. cit., vol. IV, p.145-146.

^{ix} Idem, op. cit., p.148.

^x LORENZO, R. *Crônica Troiana*. In: Dicionário da literatura galega e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1993, p.192.

^{xi} VICENTE, op. cit vol. IV, p.148-149.

^{xii} MICHAELIS, Carolina. *Notas Vicentinas IV*, p. 202. In: Notas de Marques Braga à edição das obras completas de Gil Vicente, op. cit., vol. IV, p. 148.

^{xiii} VICENTE, Gil. Op. cit., vol. IV, p. 148.